ÍNDICE

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS 2

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA - 2008 3

1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA 4
1.2. CONJUNTURA ECONÔMICA 4
1.3. DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL 4
1.3.1. Produção e Comercialização 4
1.3.2. Produtividade 5
1.4. DESEMPENHO OPERACIONAL 6
1.5. INVESTIMENTOS 7
1.6. MEIO AMBIENTE 7
1.7. NOVOS MERCADOS E EMPREENDIMENTOS 8
1.7.1. Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) – Mina de Candiota 9
1.7.2. Mina do Leão II 9
1.7.3. Mina do Iruí 10
1.8. GESTÃO ADMINISTRATIVA 10
1.9. PERSPECTIVAS 11

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 13

2.1. BALANÇO PATRIMONIAL 14
2.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 16
2.3. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO 17
2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa 18
2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 19
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 20
2.5.1. Contexto Operacional 20
2.5.2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis 20
2.5.3. Principais Contas e Práticas Contábeis 21
2.5.3.1. Apuração do Resultado 21
2.5.3.2. Ativo Circulante – Demais contas a receber 21
2.5.4. Estoques 22
2.5.5. Realizável a Longo Prazo (Empréstimos e depósitos compulsórios) 22
2.5.6. Investimentos 23
2.5.7. Imobilizado 23
2.5.8. Extinção do Ativo Diferido 25
2.5.9. Passivo Circulante - Demais contas a pagar 25
2.5.10. Empréstimos e Financiamentos 25
2.5.11. Provisão para Contingências 26
2.5.12. Patrimônio Líquido 27
2.5.12.1. Capital Social 27
2.5.12.2. Remuneração do Capital Próprio 27
2.5.12.3. Reserva de Reavaliação 27
2.5.13. Demonstração do Resultado: 28
2.5.14. Contribuição Social e Imposto de Renda 28
2.5.15. Provisão para Impostos Diferidos 29
2.5.16. Cobertura de Seguros 29
2.5.17. Plano de Previdência – Contribuição Definida 29

3. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES 31

4. PARECER DO CONSELHO FISCAL 34

5. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 36

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Diretoria (*)

Telmo José Kirst	Diretor Presidente
Mauro Ochman	Diretor Administrativo
Eduardo Martins Medeiros	Diretor Técnico

Conselho de Administração (**)

• Membros Titulares

Daniel de Moraes Andrade	Presidente
Ismar França Panigas	
José Carlos Elmer Brack	
José Eurides Machado	
Ricardo Luis Lied	
Telmo José Kirst	

• Membros Suplentes

Argeu da Silva Brum
Caio Tibério Dornelles da Rocha
Cláudio Antonio Manfroi
Edmundo Fernandes da Silva
Fernando Magalhães Coronel

Conselho Fiscal (***)

• Membros Titulares

Lindemar Franzon
Adalberto Caino Silveira Netto
Raquel Longaray Souza Santos
Hélio Levi da Silva
José Heitor de Souza Gularte

• Membros Suplentes

Ricardo Guimarães Moura
Roberto Falcão Laurino
Gerson Petteffi
Marcio Baldino Karam
Sandro Celestino da Rosa Wollenhaupt

(*) Reeleição e posse em 10.03.2009
(**) Reeleição, Eleição e posse em 10.03.2009
(***) Eleição e posse em 29.03.2007

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2008, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como, destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão, no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o n° 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

O ano de 2008 foi marcado pela crise financeira eclodida a partir de setembro, com reflexos que ainda vão perdurar por muito tempo. No entanto, o crescimento da economia no Brasil ainda atingiu patamares bastante positivos, com um crescimento estimado superior a 5% do Produto Interno Bruto (PIB).

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Em 2008 a CRM operou durante todo o período com produção limitada ao mínimo contratual no abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici – UPME da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, na Mina de Candiota. Isto limitou a produção mensal a 133.333 t/mês, atingindo o total anual

de 1.600.000 t de carvão. Na Mina do Leão, o fornecimento à Usina de São Jerônimo também se manteve no mínimo contratual (6.500 t/mês) durante todo o ano. Nesta unidade o fato marcante de 2008 foi o inicio de mineração na área de São Vicente Norte, o que permitiu a obtenção de resultados operacionais mensais positivos a partir de setembro, quando o projeto atingiu sua capacidade nominal de produção.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2004	2005	2006	2007	2008	VARIAÇÃO % 2008 / 2007
CE 6300	0	0	3.143	1.843	0	(100,00)
CE 5500	0	0	4.057	17.156	0	(100,00)
CE 5200	0	0	0	2.421	44.704	1.746,51
CE 4700	0	4.195	116	0	0	-
CE 4500	0	0	0	20.319	30.168	48,47
CE 4200	36.683	45.355	44.380	50.648	44.406	(12,32)
CE 3300	1.590.377	2.115.877	1.996.762	1.816.958	1.636.709	(9,92)
CE 3100	22.345	6.217	0	0	0	-
*CE 5200	0	0	0	0	1.300	-
*CE 3100	0	0	0	0	47.551	-
ROM	0	0	0	0	5.946	-
TOTAL	**1.649.405**	**2.171.644**	**2.048.458**	**1.909.345**	**1.810.784**	**(5,16)**

*CARVÕES FINOS

1.3.2. Produtividade

A queda na produtividade do exercício de 2008 foi determinada pela menor encomenda efetuada pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica-CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici-UPME no período. O cálculo mantém os critérios adotados a partir do exercício de 2003, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2004	2005	2006	2007	2008
Carvão Vendável (t/ano)	1.649.405	2.171.644	2.048.458	1.909.345	1.810.784
Total Homem/Dia	93.500	92.964	88.853	88.403	87.461
PCV * (t/H/d)	17,64	23,36	23,05	21,60	20,70

* índice de Produtividade do Carvão Vendável - PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2004 a 2008, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Receita Bruta Anual	63.150.599	90.958.517	90.842.863	90.544.305	92.549.022
Receita Líquida Anual	60.529.340	87.143.955	86.901.451	86.247.346	86.711.894
Custos dos Prod. Vendidos	40.527.056	43.845.806	52.620.901	53.904.599	53.418.346
Resultado Bruto	20.002.284	43.298.149	34.280.550	32.342.747	33.293.548
Desp./Rec. Operacionais	8.444.133	14.524.850	14.322.861	15.761.669	17.591.729
Res.Oper.antes Res.Financ.	11.558.151	28.773.299	19.957.689	16.581.078	15.701.819
Resultado Financeiro	(5.855.217)	(15.625.531)	(13.823.566)	(10.719.645)	(11.160.605)
Resultado Operacional	5.702.934	13.147.768	6.134.123	5.861.433	4.541.214
Investimentos	2.322.000	4.652.148	11.733.177	8.960.917	20.086.567
Produção carvão ROM (t)	1.670.575	2.220.990	2.059.865	1.894.849	1.886.063
Pessoal Próprio	354	367	370	356	348

Valores históricos em reais

DADOS COMPARATIVOS DA CRM					
DESCRIÇÃO	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Receita Bruta Anual	78.096.535	111.125.087	106.927.878	98.780.382	92.549.022
Receita Líquida Anual	74.854.899	106.464.792	102.288.584	94.092.564	86.711.894
Custos dos Prod. Vendidos	50.118.648	53.566.935	61.938.177	58.807.861	53.418.346
Resultado Bruto	24.736.251	52.897.856	40.350.407	35.284.703	33.293.548
Desp./Rec. Operacionais	10.442.617	17.745.180	16.858.926	17.195.380	17.591.729
Res.Oper.antes Res.Financ.	14.293.634	35.152.677	23.491.480	18.089.323	15.701.819
Resultado Financeiro	(7.240.979)	(19.089.895)	(16.271.224)	(11.694.724)	(11.160.605)
Resultado Operacional	7.052.655	16.062.782	7.220.256	6.394.600	4.541.214
Investimentos	2.871.551	5.683.584	13.810.702	9.776.019	20.086.567
Produção carvão ROM (t)	1.670.575	2.220.990	2.059.865	1.894.849	1.886.063
Pessoal Próprio	354	367	370	356	348

Valores em reais de 31/12/2008, com base na variação do IGP-DI/FGV.

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2008 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infra-estrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R$ 20,08 milhões. Estes recursos são oriundos da geração de caixa da CRM.

1.6. Meio Ambiente

Com a obtenção das Licenças de Operação (LO) junto à FEPAM, em março/08, a CRM pôde iniciar a mineração na área São Vicente Norte, em Minas do Leão. Estão em fase final de implantação as obras ambientais complementares, com pátio de estocagem completamente impermeabilizado, canais de drenagem e sistema de tratamento das águas. Ainda na Mina do Leão, desenvolve-se ampla pesquisa hidrogeológica para averiguar as condições dos lençóis freáticos das regiões expostas à mineração a céu aberto e em áreas de deposição de rejeitos do beneficiamento e cinzas da usina termelétrica.

Destaca-se, em Candiota, a implantação do viveiro de mudas nativas e do Sistema de Controle de Qualidade dos Solos. Foi contratada firma para implantar uma unidade piloto de tratamento ativo da drenagem ácida de mina (DAM) junto à Malha I.

A CRM iniciou, neste ano, a implantação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA que preparará a empresa para ingresso, em período previsto de três anos, na ISO 14000.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos anos, nas unidades mineiras da CRM:

Obs.: valores acumulados, em hectares.

		2004	2005	2006	2007	2008
MALHA IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	364	389	414	433	448
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	331	351	370	374	395
	REVEGETAÇÃO	304	341	350	364	386
MALHA II (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	356	356	356	356	356
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	356	356	356	356	356
	REVEGETAÇÃO	356	356	356	356	356
MALHA I (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	65	65	65	65	65
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	45	54	54	54	54
	REVEGETAÇÃO	3	9	13	13	28
BOA VISTA (Leão)	ÁREA IMPACTADA	38	41	41	41	41
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	15	18	19	20	26
	REVEGETAÇÃO	14	15	15	15	21
TOTAIS CRM	**ÁREA IMPACTADA**	**823**	**851**	**876**	**895**	**910**
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	**747**	**779**	**799**	**804**	**831**
	REVEGETAÇÃO	**677**	**721**	**734**	**748**	**791**

1.7. Novos Mercados e Empreendimentos

Dando continuidade às ações iniciadas em 2007 com o objetivo de fazer frente à demanda crescente de carvão mineral no sul do país, em 2008 foi dada prioridade à ampliação da Mina de Candiota para mais que duplicar sua atual capacidade de produção, e a implantação de nova área de mineração na Mina Leão I. Estes investimentos estão dimensionados para que compromissos de fornecimento vigentes continuem a ser honrados, e para possibilitar a celebração de novos contratos visando expandir a participação da CRM no mercado. Também

foram recorrentes na CRM ações de colaboração para o desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho.

1.7.1. Usina Presidente Médici / Fase C (Candiota III) – Mina de Candiota

A CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica é proprietária da Usina Termelétrica Presidente Médici - Fases A e B, com capacidade instalada atual de 446 MW, localizada no município de Candiota (RS). Esta unidade geradora é abastecida com carvão mineral que a CRM produz na Mina de Candiota. Nos últimos anos foram consumidas, em média, 2,0 milhões de toneladas/ano de carvão CE-3300. Com sua participação no leilão de compra e venda de energia nova promovido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica em dezembro de 2005, a CGTEE viabilizou a implantação da Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici, com capacidade de mais 350 MW. de energia, a ser gerada a partir de janeiro de 2010. Para prover todo o carvão que o complexo termelétrico passará a absorver, a CRM está expandindo sua capacidade instalada na Mina de Candiota para 5,0 milhões de toneladas brutas por ano, o que representa um crescimento de mais de 100% de sua capacidade atual.

1.7.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II continua arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de “royalties” mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de “royalties” quando da venda do carvão produzido, bem como permitirá a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos já investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

1.7.3. Mina do Iruí

A CRM vem efetuando estudos para implantação de uma nova unidade mineira visando o abastecimento de empreendimentos de geração termoelétrica projetados para a região.

1.8. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2008, em decorrência da realização do Planejamento Estratégico de 2007, a Diretoria deu continuidade aos trabalhos de acompanhamento e controles das metas estabelecidas pelo governo do Estado, obtendo resultados plenamente satisfatórios, sempre com a colaboração de todo o corpo funcional da empresa que, atualmente, destaca-se por sua fase de expansão no setor mineral.

De igual forma, e até em função do acima discorrido, com a implantação da ferramenta de gestão de *BI Business Inteligence,* módulo este integrado ao Sistema Corporativo, as informações entre as áreas da Companhia se tornar mais rápidas, seguras possibilitando, por via de conseqüência, decisões sobre as matérias de forma mais célere. Da mesma forma, o módulo “e-procurement”, incorporado ao citado Sistema, continua em pleno desenvolvimento, tendo sido concluídas as etapas de integração como Banco de Dados Corporativo.

Outro procedimento, também adotado no exercício passado, foi a interligação dos Servidores das Unidades de Produção, permitindo, assim, a substituição de todos os telefones da Sede, por equipamentos VoIP, inclusive permitindo a comunicação entre os terminais VoIP com os ramais analógicos, facilitando, e muito, a comunicação entre todas as áreas da Companhia. Todo este procedimento dentro do desenvolvimento da área de informática que, por sua vez, por determinação da Diretoria, atualizou todos os monitores para os equipamentos LCD, em substituição aos antigos CRT.

Deve ser registrado, por oportuno, que a Companhia vem realizando, constantemente, uma minuciosa fiscalização em todos os seus materiais, seus equipamentos de mineração, etc., a fim de utilizá-los da melhor forma possível,

substituindo-os quando necessário, para dar maior segurança e eficiência no correspondente desempenho, se aplicando isto a sua frota de veículos utilitários.

Da mesma forma, no exercício passado, ouve um incentivo à especialização dos empregados, em diversas áreas, especialmente em função do desenvolvimento da Companhia, com reflexos já percebidos nos execução das respectivas tarefas.

Finalmente, as metas traçadas pelo Executivo Estadual foram perseguidas e alcançadas, com muito esforço, muita dedicação e, por evidente, com participação e empenho, indistintamente, de todo o quadro funcional.

1.9. Perspectivas

A desaceleração na economia brasileira provocada pela crise financeira internacional reverterá a tendência de déficit no balanço entre oferta e demanda por energia prevista para 2009 no país. Antes da crise as projeções oficiais do governo e de agentes de mercado estimavam um desequilíbrio para 2009, sendo que a queda da demanda industrial é a principal explicação para a reversão deste cenário. Os dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) mostram uma desaceleração da demanda por eletricidade no país, provocada pela crise internacional e a conseqüente queda na demanda industrial em segmentos como siderurgia, mineração e montadoras, que reduziram suas estimativas de produção para 2009.

Com este cenário cada vez mais incerto quanto a eventuais encomendas adicionais de carvão, o planejamento da CRM para 2009 estará baseado, fundamentalmente, nas receitas oriundas do consumo “take or pay” estabelecidos nos contratos de fornecimento das usinas térmicas vinculadas a minas da CRM. Ainda, a produção de carvões com maior poder calorífico e, por conseqüência, com maior raio econômico, como os carvões produzidos a partir da área São Vicente Norte/Mina do Leão também deverá ser priorizada no planejamento operacional da CRM para 2009.

No médio e longo prazo, a crise energética vivida pelo País em 2001 mostrou claramente a necessidade da complementação térmica em um sistema

essencialmente hidrelétrico, como o nacional, de modo a regulá-lo. O planejamento energético nacional, com base em estudos realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE continuará necessitando da geração termelétrica, sendo que a fonte carvão, por ser disponível e nacional, portanto, sem o dispêndio de divisas e dependente de questões políticas externas, deverá ser incentivado. Isto confirma as excelentes perspectivas futuras da CRM em um horizonte não muito distante.

Telmo José Kirst
Diretor Presidente

Mauro Ochman
Diretor Administrativo

Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2008 e 2007

2.1. Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	**2008**	**2007** Reclassificado
Circulante	48.852	52.482
Disponibilidades	20.461	22.805
Contas a receber de clientes	8.676	8.533
Demais contas a receber	13.297	15.865
Estoques	6.056	5.146
Despesas do exercício seguinte	362	133
Não Circulante	211.918	191.526
Realizável a longo prazo	6.609	5.410
Devedores por aquisição de imóveis	17	17
Empréstimos e depósitos compulsórios	6.579	5.154
(-) Provisão para perda	(278)	(278)
Outros valores	291	517
Investimentos	54	54
Custo	4.026	4.026
(-) Provisão para perda	(3.972)	(3.972)
Imobilizado	205.255	186.062
Custo	346.302	321.194
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(102.171)	(96.167)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.965)
Total	260.770	244.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	**2008**	**2007** Reclassificado
Circulante	47.128	44.250
Empréstimos e financiamentos	419	314
Fornecedores	4.473	5.444
Salários e encargos sociais	1.004	897
Impostos e contribuições sociais	2.453	3.121
Provisão para contingências	1.238	1.130
Demais contas a pagar	3.187	3.159
Juros sobre o capital próprio	34.354	30.185
Não Circulante	74.445	56.278
Empréstimos e financiamentos	58.055	46.634
Contribuição social	1.283	1.695
Provisão para contingências	7.877	7.949
Provisão p/impostos diferidos	7.230	0
Patrimônio líquido	139.197	143.480
Capital social	235.430	235.430
Reserva de reavaliação	14.105	23.169
Prejuízos acumulados	(110.338)	(115.119)
Total	260.770	244.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.2. Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2008	2007
Receita bruta das vendas	**92.549**	**90.554**
(-) Impostos sobre vendas	(5.837)	(4.307)
Receita líquida de vendas	86.712	86.247
(-) Custo dos produtos vendidos	(53.418)	(53.905)
Lucro bruto	**33.294**	**32.342**
Despesas / Receitas operacionais	**(28.753)**	**(25.838)**
Comerciais	(2.231)	(1.064)
Gerais e administrativas	(15.925)	(12.860)
Outras despesas	(2.179)	(1.871)
Outras receitas	2.743	677
Resultado financeiro líquido	(11.161)	(10.720)
Lucro do exercício antes da reversão da provisão ajuste do imobilizado	**4.541**	**6.504**
Reversão provisão ajuste do imobilizado	90	0
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	**4.631**	**6.504**
Contribuição social	(462)	(580)
Imposto de renda	(1.221)	(1.526)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	**2.948**	**4.398**
Reversão dos juros s/capital próprio	4.169	5.925
Lucro líquido do exercício	7.117	10.323
Lucro por lote de mil ações do capital social	1,52	2,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.3. Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2008**
Lucro líquido do exercício	7.117
Ajustes:	
Depreciações	6.231
Amortizações	9
Amortizações do diferido	26
Provisão para tributos diferidos	(7.230)
Custo das baixas do ativo imobilizado	(49)
Custo das baixas do ativo diferido	76
Juros e variações monetárias ativas	(1.236)
Juros e variações monetárias passivas	11.905
Provisões tributárias, trabalhistas e outras	7.337
Lucro líquido ajustado	**24.186**
Variações no ativo:	
Aumento contas a receber de clientes	(143)
Aumento de estoques	(909)
Redução outras contas a receber	736
Redução créditos tributários	1.603
Variações no passivo:	
Redução de fornecedores	(971)
Redução impostos e contribuições	(667)
Aumento contribuições sociais a recolher	106
Aumento outras contas a pagar	28
Transf. de financiamento de longo prazo para circulante	(1.361)
Outras adições ao exigível a longo prazo	1.555
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**24.163**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Amortização tributos e contribuições	(681)
Amortização de financiamentos	(377)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(1.058)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Imobilizado	(92.184)
Diferido	(5.399)
Reclassificação do ativo diferido Lei n.º11.638 p/imobilizado	72.134
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(25.449)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(2.344)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**22.805**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**20.461**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi a seguinte:

	2008	2007	Variação
Disponibilidades	20.461	22.805	(2.344)
Caixa	15	20	(5)
Disponibilidades em bancos	4.300	15.774	(11.474)
Aplicações financeiras	16.146	7.011	9.135

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2008

Em milhares de reais

Saldos	Capital Social Subscrito	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2006	**235.430**	**25.852**	**(122.201)**	**139.081**
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.683)	2.683	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(5.925)	(5.925)
Lucro líquido do exercício	-	-	10.323	10.323
Em 31 de dezembro de 2007	**235.430**	**23.169**	**(115.120)**	**143.479**
Realização da reserva de reavaliação	**-**	(1.834)	1.834	-
Prov.tributos diferidos s/res.reavaliação	**-**	(7.230)	-	(7.230)
Juros sobre o capital próprio	**-**	-	(4.169)	(4.169)
Lucro líquido do exercício	**-**	-	7.117	7.117
Em 31 de dezembro de 2008	**235.430**	**14.105**	**(110.338)**	**139.197**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2008.

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

2.5.2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam as disposições da legislação societária do país e Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Lei n.º 11.638/07 e a Medida Provisória n.º 449/08 alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei n.º 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações, principalmente em relação ao capitulo XV, que trata sobre matéria contábil, com vigência para o exercício de 2008. Estas objetivam atualizar a legislação brasileira para possibilitar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

A Companhia observou e adotou, quando aplicáveis, pela primeira vez, para a elaboração das Demonstrações Contábeis no exercício de 2008, as alterações contábeis estabelecidas pela Lei n.º 11.638/07 e a Medida Provisória n.º 449/08 à Lei n.º 6.404/76.

As principais alterações contábeis introduzidas pela nova Lei das Sociedades por Ações, com reflexos nas demonstrações contábeis da Companhia que serão mencionadas em nota explicativa são:

a) Apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC pelo método indireto, de acordo com as normas que o regula em substituição à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR;

b) Análise inicial da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado – teste de impairment;
c) Eliminada a possibilidade de reavaliação espontânea de bens;
d) Eliminada a segregação entre Resultado Operacional e Não Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício;
e) Eliminado o subgrupo Ativo Diferido.

As Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas para fins de comparabilidade nas seguintes rubricas:- Receita Não Operacional para Outras Receitas Operacionais, o diferido para o imobilizado.

2.5.3. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.3.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.3.2. Ativo Circulante – Demais contas a receber: R$ 13.297 mil (R$ 15.865 mil em 2007), compondo-se basicamente de:

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R$ 3.272 mil (R$ 4.661 mil em 2007), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE ocorrer com o imposto diferido;
b) Adiantamento a Fornecedores – R$ 2 mil (R$ 1.804 mil em 2007;
c) Créditos Pis/Cofins não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R$ 60 mil (R$ 797 mil em 2007);

d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL / estimativa 2008 - R$ 970 mil (R$ 1.165 mil em 2007);

e) Aplicações Caixa Único - R$ 3.047 mil (R$ 2.232 mil em 2007);

f) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ / estimativa 2008 - R$ 1.996 mil (R$ 2.382 mil em 2007).

2.5.4. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, esta avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	2008	**2007**
Carvão	2.495	2.027
Produtos Acabados	46	1.183
Produtos em Elaboração	2.449	844
Almoxarifado	3.561	3.119
Total	6.056	5.146

2.5.5. Realizável a Longo Prazo (Empréstimos e depósitos compulsórios) - R$ 6.579 mil (R$ 5.154 mil em 2007), corresponde basicamente a:

a) Empréstimo a Eletrobras - R$ 546 mil;

b) Depósitos compulsórios relativos a processos trabalhistas e cíveis - R$ 6.033 mil (R$ 4.558 mil em 2007), sendo grande parte correspondente ao processo nº. 2001.71.00.005744-4, referente à Contribuição Social sobre o Lucro Ajustado em defesa junto a Vara Federal das Execuções Fiscais desta capital, como garantia para

oportunizar a apresentação de embargos no valor de R$ 4.262 mil (R$ 3.620 mil em 2007).

2.5.6. Investimentos

O valor total de R$ 54 mil corresponde a: R$ 10 mil em ações da subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, R$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas e R$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição.

2.5.7. Imobilizado

Avaliado ao custo mais correção monetária até 31 de dezembro de 1994, mais reavaliação de alguns itens e juros sobre empréstimos para aquisição de bens e deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas fiscais.

A exaustão das jazidas é calculada, pelo método linear, que levam em consideração a respectiva vida útil.

a) Provisão para Perda

Conforme demonstrado a seguir, permanece com uma “Provisão para Perda com Ajuste a Valor de Mercado”, constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Demonstrativo do Imobilizado:

ITENS	SALDO EM 2008	ADIÇÕES	BAIXAS	RECLASSIFICAÇÃO LEI Nº. 11.638/07	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2007
Terrenos	7.826	326	0	0	0	7.500
Prédios	8.544	0	0	0	0	8.544
Jazidas	2.040	0	0	151	0	1.889
Equip.de Produção	93.865	8.127	0	0	0	85.738
Equip.de Manutenção	2.235	66	(2)	0	0	2.171
Equip.de Beneficiamento	7.715	21	(1)	0	0	7.695
Equip.de Escritório	1.154	89	(9)	0	0	1.074

Outros Equipamentos	6.249	983	(215)	0	0	5.481
Instalações	14.018	36	0	0	0	13.982
Outras Imobilizações	233	0	0	0	0	233
Bens em Operação	**143.879**	**9.648**	**(227)**	**151**	**0**	**134.307**
Deprec./Exaustão Acumul.	(102.171)	0	210	(126)	(6.240)	(96.015)
Subtotal	**41.708**	**9.648**	**(17)**	**25**	**(6.240)**	**38.292**
Imobilização em Andam.	**202.422**	**15.735**	**(24)**	**66.812**	**0**	**119.899**
Direitos em Formação	3.853	0	0	0	0	3.853
Bens em Formação	198.569	15.735	(24)	66.812	0	116.046
Subtotal	**244.130**	**25.383**	**(41)**	**66.837**	**(6.240)**	**158.191**
Ajustes a Vl. de Mercado	(38.875)	0	90	0	0	(38.965)
Total	**205.255**	**25.383**	**49**	**66.837**	**(6.240)**	**119.226**

O valor do imobilizado em formação refere-se, na sua maior parte, ao projeto em implantação da Mina do Leão II, que atualmente encontra-se arrendada pela CRM à Carbonífera Criciúma S/A.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no inicio do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, continuará sendo realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e Pronunciamento Técnico CPC 01, a Companhia realizou análise inicial da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é recuperável, não havendo perda a ser registrada.

2.5.8. Extinção do Ativo Diferido

A Lei n.º 11.638/07 restringiu o conceito de Ativo Diferido e a Medida Provisória n.º 449/08 extinguiu esse grupo.

Os saldos das contas despesas pré-operacionais no valor de R$. 1.499 mil, os encargos financeiros no valor de R$ 67.318mil, outros gastos no valor de R$ 3.317 mil, foram reclassificados proporcionalmente a parcela de recursos que foram investidos na construção e aquisição de bens do imobilizado destinados fundamentalmente a Mina do Leão II. Estes serão amortizados na medida em que a Mina do Leão II entrar em operação.

2.5.9. Passivo Circulante - Demais contas a pagar: R$ 3.187 mil (R$ 3.159 mil em 2007), compondo-se basicamente de:

a) Aluguéis e contas a pagar - R$ 75 mil (R$ 250 mil em 2007);

b) Encargos sociais a pagar - R$ 117 mil (R$ 369 mil em 2007);

c) Provisões para encargos sociais - R$ 2.509 mil (R$ 2.164 mil em 2007);

d) Retenções de empregados a recolher - R$ 416 mil (R$ 361 mil em 2007).

2.5.10. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da UFIR e TR, se captados no mercado interno, ou pela variação de moedas estrangeiras, se originários de captação externa.

	Taxa média anual de juros e comissões	**2008**	**2007**
Moeda estrangeira - US$ 535 mil - 2007 US$ 318 mil - 2008	Libor 3 meses + 0,8125 % a.a.	750	948

Moeda nacional	ufir + jr 0,3226		
	Tr-Selic + jr 1%	57.724	46.000
Total		58.474	46.948
Passivo circulante		419	314
Exigível a longo prazo		58.055	46.634
Total		58.474	46.948

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2008	**2007**
2009	-	11.192
2010	13.933	11.192
2011	13.933	11.192
2012	13.933	11.192
2013	13.933	1.866
2014	2.323	-
Total	58.055	46.634

2.5.11. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos Judiciais		**Provisões**	
Ações	**2008**	**2007**	**2008**	**2007**
Circulante				
Trabalhistas	0	0	1.238	1.130
Exigível a longo prazo				
Trabalhistas	653	703	50	870
Tributárias	4.829	3.855	6.244	5.702
Cíveis	0	0	1.583	1.377
	5.482	4.558	7.877	7.949
	5.482	4.558	9.115	9.079

Não foi constituída a provisão para o mandado de citação penhora e avaliação n.º 70026066 e execução fiscal n.º 2006.71.00.047343/RS, classificado pela Assessoria Jurídica – Sbaraini Direito Empresarial, como perda remota, em 31 de dezembro de 2008, no valor de R$ 24.754 mil (R$ 22.055 mil em 2007). O montante corresponde a IRPJ/96 relativo à limitação da compensação de base de cálculo negativa a 30% do lucro líquido.

2.5.12. Patrimônio Líquido

2.5.12.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008 é de R$ 235.430 mil (R$ 235.430 mil em 2007), representado por 4.693.999.235 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R$ 268.593 mil (R$ 268.593 mil em 2007).

2.5.12.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de R$ 4.169 mil. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, gerando uma economia fiscal de R$ 1.417 mil. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão do juro sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de juros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.12.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. A Companhia optou por manter o

saldo da referida reserva no montante de R$ 14.105 mil (R$ 15.316 mil em 2007) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de R$ 1.833 mil (R$ 2.683 mil em 2007).

2.5.13. Demonstração do Resultado:

a) Despesas Financeiras - R$ 13.379 mil (R$ 13.129 mil em 2007), tendo como valores mais significativos, R$ 4.169 mil (R$ 5.925 mil em 2007), correspondente a juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei n.º 9.249/95 e R$ 8.739 mil (R$ 6.761mil em 2007), correspondente a juros e variações monetárias sobre financiamentos do permanente em moeda estrangeira;

b) Receitas Financeiras - R$ 2.218 mil (R$ 2.409 mil em 2007), tendo como valor mais relevante, R$ 2.085 mil (R$ 1.704 mil em 2007), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;

c) Outras Receitas - R$ 2.743 mil (R$ 677 mil em 2007), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R$ 733 mil (R$ 639 mil em 2007) e multa contratual - R$ 1.669 mil.

2.5.14. Contribuição Social e Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	2008	2007
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	462	580
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.221	1.526

2.5.15. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e Imposto de Renda:

	Alíquota	2008	2007
		Contabilizado	Não contabilizado
Reserva de reavaliação		21.335	23.169
Contribuição social	9%	1.920	2.085
Imposto de renda	15%	3.200	3.475
Adicional imposto de renda	10%	2.110	2.293
Provisão impostos diferidos		7.230	7.853

2.5.16. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, e de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente.

2.5.17. Plano de Previdência – Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre

os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	2008	2007
Plano de previdência complementar	693	596

Telmo José Kirst
Diretor Presidente
CPF n.º 069.258.550-87

Mauro Ochman
Diretor Administrativo
CPF n.º 377.964.020-15

Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF n.º 345.068.969-04

Sergio Luiz dos Santos
Contador CRC/RS 44.941
CPF n.º 294.950.160-53

3. Parecer dos Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

16 de março de 2009.

Aos
ADMINISTRADORES E ACIONISTAS da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Porto Alegre - RS

1) Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e notas explicativas, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2) Nossos exames, exceto quanto aos dizeres dos parágrafos "3" a "5" subsequentes, foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3) Tendo em vista termos sido contratados após 31 de dezembro de 2008, não nos foi possível acompanhar o inventário físico dos estoques desta data, fato este considerado uma limitação de exame. Todavia, nossos procedimentos alternativos de auditoria nos permitiram retroceder a estes estoques.

4) Em 1996 a companhia efetuou reavaliação de alguns itens do ativo imobilizado, tendo na ocasião uma perda de R$ 38.965 mil reconhecida em contrapartida de reserva de reavaliação anteriormente constituída. O laudo do avaliador independente não contém detalhes suficientes para identificar as contas e subcontas afetadas por esta reavaliação, por isto, não tendo sido possível concluir sobre a adequação da referida provisão.

5) A companhia não vem reconhecendo contabilmente a depreciação - não possível quantificar - relativa à imóvel situado na Mina Leão II que, apesar de classificado como bem em formação, encontra-se parcialmente em utilização desde 1991.

6) A Mina Leão II está registrada na contabilidade, no ativo imobilizado, pelo valor líquido de R$ 153.582 mil, sendo alvo de arrendamento, mas ainda sem estar operando. Tendo em vista as peculiaridades da situação, ainda não foi aplicada para este bem a norma contábil que trata do valor recuperável de ativos.

7) Não vêm sendo apropriados no ativo os direitos com créditos tributários sobre bases negativas do imposto de renda e contribuição social, que alcançariam integralmente o montante de R$ 4.592 mil, mas não confirmados por ausência de estudo técnico de viabilidade. Se este valor fosse lançado na contabilidade haveria reflexo no ativo não- circulante e no patrimônio líquido.

8) Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos "3" a "7" anteriores, as demonstrações mencionadas no parágrafo "1" representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Na comparabilidade das demonstrações contábeis deve ser levada em consideração que é a primeira vez neste exercício que a companhia apropria a provisão para impostos diferidos, conforme o descrito na nota explicativa nº 2.5.15.

9) Atualmente a empresa adota o critério de utilizar as taxas de depreciação previstas na legislação fiscal. De acordo com as atuais práticas contábeis brasileiras, o procedimento de adaptar as taxas de depreciação às efetivas vidas econômicas dos ativos a que se referem deverá ser adotado a partir do ano de 2009. Em decorrência disso, os valores das depreciações poderão ser ou não divergentes daqueles que seriam, caso fossem aplicadas as alíquotas previstas fiscalmente. Consequentemente, o patrimônio líquido futuramente poderá ou não ser afetado por este fato.

10) As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta, foram auditadas por outros auditores independentes, conforme parecer datado de 31 de julho de 2008. Essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até a sua data e sofreram algumas reclassificações, a fim de harmonizá-las com as novas práticas contábeis brasileiras, permitir a sua comparabilidade e atender a algumas manifestações desses auditores.

CARLOS FREDERICO REINEHR
CONTADOR CRC/RS 019603/O-9
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS

4. Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2008 e considerando o Parecer dos Auditores Independentes datado de 16 de março de 2009, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 20 de março de 2009

Adalberto Caino Silveira Netto

Hélio Levi da Silva

Raquel Longaray Souza Santos

Lindemar Franzon

Sandro Celestino da R. Wollwnhaupt

5. Manifestação do Conselho de Administração

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2008, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos manifestando-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 23 de março de 2009

Daniel de Moraes Andrade
Presidente do Conselho

Telmo José Kirst

Ricardo Luis Lied

José Carlos Elmer Brack

José Eurides Machado

Ismar França Panigas